

O CALDEIRÃO DO BEATO JOSÉ LOURENÇO: FÉ, TRABALHO E LUTA SOCIAL

Paulo Henrique de Souza Martins¹

Gabriel Assis Araújo Vasconcelos²

Resumo:

A fazenda Caldeirão da Santa Cruz do Deserto representou para as elites cearenses um “antro de fanatismo” e “comunismo primitivo”. Já para os seus ex-moradores, de forma geral, ela foi um reduto de “bondade cristã”. Mediante esse caráter, o presente artigo de teor bibliográfico, pretende discutir como um projeto de sociedade construído naquela fazenda pelo Beato José Lourenço pode ir de encontro aos anseios da população sofrida do Nordeste, e concomitantemente, pode ter provocado o medo e a repressão violenta por parte das autoridades cearenses e nacionais. O Caldeirão era um espaço onde o trabalho coletivo e a religiosidade, eram os pilares da organização social. O modo de vida ali perpetuado era regido por uma ética onde o fruto do trabalho era dividido de acordo com a necessidade de cada família, constituindo-se assim numa sociedade alternativa às práticas exploratórias vigentes naquele tempo e espaço.

Palavras -chave: Luta social; religiosidade popular; movimentos messiânicos.

Abstract:

The farm Caldeirão of the Santa Cruz of the Desert represented for the pertaining to the state of Ceará elites a “cavern of fanaticism” and “primitive communism”. Already for its former-inhabitants, of general form, it was a redoubt of “Christian goodness”. By means of this character, the present bibliographical text article, intends to argue as a project of society constructed in that farm for Devout Jose Lourenço can go of meeting to the yearnings of the suffered population northeast, and concomitantly, it can have provoked the fear and the violent repression on the part of the pertaining to the state of Ceará and national authorities. The Cauldron was a space where the collective work and the religiosity they, were the pillars of the social organization. There, the way of life perpetuated was prevailed for ethics where the fruit of the work was divided in accordance with the necessity of each family, consisting like this in an alternative society to the exploratories practical in that time and space.

Words-key: Social fight; popular religiosity; messianic movements.

Introdução

Localizada na região do Cariri cearense, o Caldeirão era uma fazenda habitada por migrantes nordestinos sob um regime de trabalho e orações. Seu líder espiritual, o Beato José Lourenço, agia num prisma religioso, que também era econômico, político e social, haja vista que o modo de vida ali perpetuado abrangia esses aspectos. Toda a produção agrícola e posteriormente de produtos artesanais variados, era dividida entre os próprios habitantes do lugar, num sistema de auxílio mútuo. O fruto do trabalho era um bem de todos, em suma. Assim, este trabalho está pautado em leituras bibliográficas sobre a experiência religiosa, política, econômica e por fim social que representou-se na comunidade agrícola do Caldeirão,

¹ Graduando do Curso de História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral - Ceará.

² Orientador. Professor do Departamento de História – CCH, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – Ceará.

na região do Cariri, sul do Ceará, nas primeiras décadas do século XX.

O texto encontra-se dividido em três partes. Em *A primeira experiência no sítio Baixa Danta*, temos uma breve discussão do sistema social construído pelo Beato José Lourenço nessa fazenda; temática que aprofunda-se em *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* devido o caráter mais abrangente que alcançou, para por fim, delinear o conflito de forças que motivou o perseguição desse projeto social em *Sob chumbo e intolerância*, última parte do artigo.

Pretendemos discutir como o contexto histórico social do interior cearense no início da primeira república estava diretamente ligado ao surgimento de movimentos messiânicos e no caso do Caldeirão especificamente, à formação de uma verdadeira sociedade alternativa à “de fora” dos limites da fazenda. Por esse prisma, essa pesquisa justifica sua relevância à medida em que procura recuperar experiências e vivências, sujeitos e expectativas outras, antes relegadas a um segundo plano, quando não simplesmente silenciados pela historiografia tradicional. Defendemos que a escrita da História deve abarcar

(...) as lutas reais; não só aquelas que se expressam sob formas organizadas como também as formas “surdas” de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle; com isso [a historiografia] incorpora grandes áreas da resistência humana essenciais para compreensão do social. (VIEIRA, 2002: 10)

Tal pressuposto teórico-metodológico, que valoriza um outro olhar para as lutas sociais populares, mesmo as “vencidas”, evidenciando-as como organização social e visão de mundo, é que fundamenta nossa pesquisa que ora apresentamos.

A primeira experiência no sítio Baixa Danta

O surgimento da comunidade do Caldeirão é precedido por uma experiência similar ocorrida no sítio Baixa Danta. Contudo, ambos os casos estão imbricados na figura de seu fundador e líder espiritual e político, José Lourenço Gomes da Silva àquela altura já conhecido simplesmente como Beato José Lourenço. Isso porque desde que chegou a Juazeiro por volta de 1890 a fim de visitar seu pai que para lá migrara — como tantos outros —,

passou a ocupar-se do trabalho missionário, pregando a palavra da Bíblia, realizando exaustivas jornadas de oração e penitência.

Todavia, ele não foi um beato comum, porque estes geralmente tinham parceiros sexuais e desprezando os bens materiais, não trabalhavam pela sua sobrevivência mantendo-se com esmolas. Contrariamente, o Beato José Lourenço era celibatário e casto além de que vivia do seu próprio trabalho. Essas particularidades apontavam para figura de liderança que teria no decorrer da vida. (CORDEIRO, 2004:36).

Foi exercendo o papel de liderança carismática³ que ele iniciou sua vivência socialista no sítio Baixa Danta. Nos apropriamos do termo “socialista” para adjetivar aquela experiência, porque as relações sociais regida pela lei do Capital, do lucro como forma de vida não existiam naquele lugar, tendo em vista que a produção agrícola era dividida a partir da necessidade de cada família.

Ninguém passava necessidade. Organizava-se uma sociedade religiosa na qual o trabalhador não era espoliado pelo dono das terras. (...) Naquela ética de base cristã, o trabalho era a única forma de obter o pão de cada dia, pois ninguém deveria viver às custas do trabalho alheio. Era uma religiosidade não-capitalista.
(RAMOS, 2000: 372; 374)

De um terreno quase desértico, o trabalho coletivo e a fé fizeram brotar a vida, e dizemos isso em sentido literal. Ora, se observarmos que as condições naturais como clima e vegetação, mas principalmente sociais de desamparo pelo Estado e de exploração por parte dos proprietários de terras, reinantes nos sertões nordestinos, perceberemos facilmente que um espaço onde a simples possibilidade de cultivar a própria existência para o corpo e para a alma (leia-se alimentos e fé) surge como um verdadeiro paraíso terreal, o que certamente atraiu muitas famílias à construir aquela utopia, mas também que atraiu a ganância de outros sujeitos sociais que não compartilhavam do mesmo ideal.

Diferentemente das relações travadas no interior do sítio Baixa Danta, com o mundo exterior, especificamente com o proprietário legal do terreno, eram outras as negociações. O sítio fora arrendado por Padre Cícero junto ao Coronel João de Brito. Este último, sem “mover uma palha” se apropriava de parte do fruto do trabalho alheio, pela condição de ser

³ A liderança carismática se caracteriza quando os seguidores mantêm uma identificação pessoal com o líder que por sua vez, geralmente, é um visionário que pode construir uma sólida visão de futuro compartilhada por todos.

possuidor dos meios de produção, as terras. Então interpretamos que havia caminhos de mão dupla sendo trilhados, pois para formatarem uma micro-sociedade socialista era preciso alimentar uma prática capitalista e isso se deve ao caráter insular e isolado da iniciativa política do Beato. Não é de se estranhar assim, a fragilidade que permeava a existência do Baixa Danta naqueles moldes, conjecturando que o acordo poderia ser rompido ao bel prazer do proprietário, sustentado que estava pela legislação vigente. Nada o impediria se ele quisesse usufruir diretamente das suas terras. E foi isso que pôs termo final a experiência igualitária do sítio Baixa Danta que durara de 1894 a 1926. Nesse ano, o sítio foi vendido e o Beato José Lourenço foi desapropriado sem qualquer indenização pelas benfeitorias construídas no local. Aqui é que entra Padre Cícero e o Caldeirão.

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: fé e trabalho comunitário

Com a impossibilidade de continuar seus trabalhos na terra onde já haviam construído plantações de árvores frutíferas, cereais e hortaliças, o Beato José Lourenço articulou com padre Cícero a conquista de um espaço onde pudesse perpetuar sua comunidade cristã. Uma das propriedades que o padre possuía denominada Caldeirão dos Jesuítas, localizada no sopé da Chapada do Araripe, foi doada e lá o beato e os moradores conseguiram multiplicar os êxitos atingidos na outra fazenda.

É importante agora abrimos um parêntese e iniciarmos uma discussão teórica que abarque a complexidade de significados para o ocorrido naquelas paragens do sertão cearense. Inúmeras pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas trataram a questão das comunidades religiosas como “patologias sociais” motivadas por místicos “retrógrados” e observadas mais como algo “exótico” em tempos de “avanço científico” do que como um objeto de estudo capaz de permitir uma discussão da realidade social de um determinado tempo/espaço como um todo. ⁴ Interpretamos que a comunidade do Caldeirão seja um exemplo clássico de um “movimento messiânico” haja vista a convergência das suas características com a discriminação dada a esse conceito:

⁴ Um exemplo clássico dessa vertente de entendimento é a pesquisa desenvolvida pelo pedagogo paulista Lourenço Filho, que cristaliza a visão das elites “ilustradas” sobre o fenômeno religioso padre Cícero. Cf. LOURENÇO FILHO, 2002).

Orientando-se sobretudo por valores e sentimentos tradicionais, em descompasso com os ideais de modernidade do momento, tais movimentos tendem a ser vistos pelas vigências política e intelectual como irracionalidades e arcaísmos, frutos da ignorância e do fanatismo. Sendo seus adeptos historicamente recrutados entre indígenas destribalizados, populações camponesas, povos colonizados e setores populacionais marginalizados ou excluídos da moderna civilização ocidental (os “primitivos da modernidade”, segundo Hobsbawm), tendem a ser interpretados, na ótica oficial, como arcaísmos deletérios e antiprogressistas, quando não como episódios de loucura coletiva, a que se chega a partir de efeitos desencadeadores da loucura do líder. (NEGRÃO, 2001: 119-120)

Em outras palavras, essas comunidades contrapunham a idéia de “Nação Moderna” que se pretendia construir para o Brasil àquela época. Sua força simbólica nesse embate, se evidencia na urgência e necessidade com a qual as forças militares do Estado se empenharam em destruí-la. E foi imbuído nesses preceitos que a elite cearense — tanto a política como a eclesiástica — promoveu a bárbara destruição do Caldeirão. Isso porque os movimentos messiânicos não almejavam somente uma contemplação do mundo partindo de princípios religiosos, mas também um agir na sociedade, uma intervenção nos mecanismos daquilo que se produz e no modo como se apropria dessa produção.

“Revestidos de uma visão de mundo igualitário, o povo do Caldeirão teria construído na comunidade um modo de vida com relações equânimes (...). Assemelhava-se a uma comunidade comunista.” (CORDEIRO, 2004: 88). Se entende assim que a vida no Caldeirão era comunitária, num sistema cooperativo. Era dar para receber. E todos recebiam. Com o plantio de cana, arroz, feijão e a criação de animais, como bois e cabras, José Lourenço e seus companheiros resolveram o problema da fome numa região marcada pela estiagem e, conseqüentemente, pela falta de comida. A população do Caldeirão crescia e, com isso, vieram carpinteiros, ferreiros e artesãos que passaram a produzir cintos, roupas, ferramentas, sapatos. Tudo fomentado com matéria prima local, pois os rebanhos forneciam leite, e derivados, charque e peles. O algodão, por exemplo, era plantado na própria comunidade, sendo usado entre outras coisas para fabricação de roupas. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto caminhava para ser auto-suficiente. Até mesmo ferramentas de trabalho eram fabricadas no local, algumas foram desenvolvidas apropriadamente para o trabalho em condições peculiares.

A memória dos sobreviventes da comunidade pode muito bem registrar o contraste existente entre a fartura na fazenda, e a desgraça que a rodeava por todos os lados:

*Era o mesmo que um céu aberto. Logo que amanhecia, meu padrinho Lourenço era o primeiro a sair para a lida. Nós tomávamos café ali mesmo, na roça. Às 9 horas vinha uma carga de rapadura para merendar, e às 11 chegavam as cozinheiras com o almoço. Na roça, tudo o que se planta, lá a gente plantava.*⁵ (ARAÚJO, 2006: 04)

A alimentação regular, garantida pelo próprio trabalho na agricultura, a liberdade de empenhar-se à serviço de seus semelhantes, são lembradas assim na dimensão oposta à brutalidade em que simples camponeses foram expulsos de sua utopia que era uma vida digna regada à orações, caridade e trabalho. Porém, fica entredito que o que se procurava dizimar não correspondia a somente isso, pois uma sociedade assim,

com sua força de trabalho(...) iria incomodar os coronéis, que perdiam seu exército de reserva de mão-de-obra para aquele “édem matuto”. A fé num paraíso pós-morte já começava a se mostrar em vida. Aquelas gentes alimentavam-se, vestiam-se, abrigavam-se e amavam-se com autonomia. (CORDEIRO, 2004: 87)

Era essa autonomia e possibilidade outra de organização social a que se combatia com a dizimação do Caldeirão. Podemos inferir então que construía-se ali uma alternativa à sociedade exploratória que preponderava na região, marcada pelas práticas coronelísticas, paternalísticas e patriarcais. Esses tipos de movimentos sociais enquanto não reprimidos, consistiram em interessantes experiências de desenvolvimento regional; como também revelaram possibilidades outras ao “atropelamento” da modernidade política e econômica sobre as camadas mais pobres da população.

O termo “Caldeirão”, antes de dar nome ao sítio que abrigou a irmandade liderada pelo Beato José Lourenço, já designava uma falha geológica formada por pedras que se enchiam de água do riacho que por ali passava. Essa estrutura natural foi muito importante para o desenvolvimento da comunidade, porque a água ficava acumulada no “caldeirão” mesmo em tempos de seca. Mas também deve-se considerar a astúcia no manuseio correto da natureza para prosperidade da fazenda, pois a própria relação que travavam com esta era díspar da comumente operada no mundo lá fora:

⁵ Depoimento de Maria Inácia, paraibana, agricultora aposentada, sobre sua vida quando morava no Caldeirão.

A comunidade construiu várias microbarragens e dois açudes. Faziam também um tipo de cisterna, que cobriam para evitar a evaporação, armazenando a água no subsolo. (...) e somente plantavam abaixo da “coroa da serra” e apenas em um trecho por ano, passando depois para outro. Como a cobertura vegetal da coroa permanecia intacta, quando chovia as sementes eram dispersadas de cima para baixo. Dessa maneira, utilizando a força da gravidade, a área encapoeirava mais rápido que um terreno plano. Com esse manejo agrícola, somado à criação de peixes e de gado, as quase 2 mil bocas da irmandade não sentiam falta de comida. (ARAÚJO, 2006: 03)

Mais que “fanáticos” desprovidos de qualquer organização racional, os habitantes do Caldeirão promoveram uma política de convívio com a natureza do sertão que sabidamente tem reconhecida aplicabilidade. Todavia, proporcionar autonomia representou também uma possibilidade de desestruturação nas relações de exploração, uma mudança no *status quo* social. Isso sim foi a verdadeira ideologia motivadora da perseguição e aniquilação da comunidade.

Sob chumbo e intolerância: a destruição do Caldeirão

O fim do Caldeirão foi promovido pela força policial do Estado contando com o apoio da Igreja e de latifundiários, ambos com motivos próprios para isso. Os últimos por razões já expostas e a igreja pela afronta ao processo de romanização que implementava, sobretudo após o Concílio Vaticano I (1869-1870) que estabelecia o fortalecimento da hierarquia no funcionamento da estrutura clerical. Afronta, porque o catolicismo popular incluía elementos que o distanciava das práticas impostas pela hierarquia dominante, ousando a um rompimento com as estruturas de subordinação ali imbricadas. As autoridades no âmbito nacional temiam por sua vez, que aquela “aglomeração” transformasse-se em uma célula de “comunismo primitivo”. Acusação que seria usada como justificativa para a perseguição.⁶

O início da desventura se deu com a morte do padre Cícero, que em testamento doou o sítio do Caldeirão a ordem dos padres Salesianos do Crato:

⁶ Contraditoriamente ao discurso oficial, a polícia não encontrou vestígio algum do Caldeirão ser uma “célula do comunismo” nem do suposto armamento a ser usado na “revolução dos vermelhos”. Segundo o próprio comandante da invasão ao Caldeirão, militar José Goes de Campos Barros (1937: 43): “Um fato importante, que eu tenho observado *com surpresa*, é não haverem os agentes comunistas (...) procurado explorar aquela excrescência dentro do Estado”. (Grifo nosso).

Tudo indica que o padre Cícero tinha confiança no espírito de caridade cristã dos Salesianos. Mas essa previsão estava equivocada: em 1936, os padres salesianos começaram a reprimir o “fanatismo de Juazeiro” e deram amplo incentivo para a operação militar que expulsou os camponeses do Caldeirão. (RAMOS, 2000: 375)

O primeiro ataque ocorreu no dia 11 de setembro de 1936, quando os moradores foram expulsos e tiveram suas casas de taipa queimadas, além de bens confiscados em favor do município do Crato. Os remanescentes, incluindo o próprio Beato passaram algum tempo vivendo nas matas da Chapada do Araripe. Mas, boatos de que um grupo de ex-integrante do Caldeirão invadiriam o Crato, mobilizou novamente as forças policiais, chefiadas pelo capitão José Gonçalves Bezerra. O conflito daí resultante acabou com quatro mortes do lado do governo, incluindo o capitão e cinco do outro lado entre elas do líder, o Beato Severino. Foi o estopim para uma nova ação, dessa vez maior ainda:

Após a divulgação daquele conflito, fortes contingentes militares partiram de Fortaleza à caça dos remanescentes do Caldeirão, determinados a vingar a morte do capitão Bezerra. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, colocou a força federal à disposição do governo cearense e autorizou o vôo de três aparelhos do Destacamento de Aviação. (...) Dos aviões, as metralhadoras dispararam, enquanto 200 patrulheiros vasculhavam a chapada do Araripe para concluir a missão. Naquele 11 de maio de 1937, cerca de 700 lavradores foram massacrados. Nenhum soldado morreu. Mesmo depois da “grande investida” militar, policiais continuaram a perseguir, prender, torturar e matar pessoas que se vestissem de preto e portassem rosário - as características dos seguidores do beato. (ARAÚJO, 2006: 07)

Posterior a esse embate foi iniciado uma vultuosa campanha na imprensa cearense, onde a figura de José Lourenço era delineada como uma ameaça pública para várias localidades nordestinas, deixando subentender porém, que o discurso jornalístico o lia como um perigo à sociedade “harmônica”, “ordenada” das elites as quais representava.

Usam os penitentes do beato José Lourenço, sem exceção, homens, mulheres e crianças, ordinária roupa preta, tinta com lama, que exala insuportável mal cheiro. Quase todos possuem uma espingarda de caça, garrunchas e alguns revólveres (O POVO, 12-05-1937, p.1)

Não é possível ocultar o perigo que acomete este ajuntamento selvagem em lugar (sic.) deserto e despolicidado como a Serra do Araripe, não sendo de estranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias outras praticadas por aquele bando de

inconscientes de quase mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos. Por isto julgamos prestar grande serviço à nossa terra dando notícia dentro das fronteiras do nosso município desse cancro social (...) (Idem, p. 8).

A escrita jornalística, supostamente de caráter “verdadeira” porque informativa e baseada na leitura dos “fatos concretos” construía e disseminava uma imagem pejorativa do Beato José Lourenço e de suas comunidades. A deslegitimação do movimento assegurava a correteza da ação militar. Matava-se moralmente, para destruir-se fisicamente.

Em outras oportunidades, José Lourenço pôde tentar reconstruir sua comunidade cristã, mas sempre sob o olhar e repressão dos aparelhos do Estado. Sua morte em 12 de fevereiro de 1946, encerrou as movimentações desse porte, quase relegando as experiências e resultados obtidos ao silêncio, e esquecimento social.

Considerações Finais

Por tamanha magnitude da ação do Beato José Lourenço nas suas comunidades, uma pergunta se torna assaz importante: porque sua história foi por tanto tempo desprestigiada? Por que nossas crianças não tem menção alguma sobre tais vivências nos livros didáticos, por exemplo? À guisa de respostas mais elaboradas, o que exigiria um outro trabalho, podemos pensar que a escrita da história, como nos lembra Edgar Salvadori De Decca (1984), pertence àqueles que vencem as lutas políticas, econômicas, sociais enfim. E nesse caso não estamos falando dos camponeses. Por muito tempo o Caldeirão continuou do jeito que nasceu, apartado do mundo e desprestigiado pelos detentores do poder. Segundo Lira:

A imprensa, sob a censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, do Governo Vargas), quase nada publicou sobre os massacres, e mesmo as matérias obscuras que instigavam as autoridades contra as comunidades sumiram das redações, apagaram o pouco que haviam escrito sobre essa história, um importante capítulo das lutas populares no Brasil. (LIRA, 2007: 05)

Todavia, outro lugar social à experiência do Caldeirão pode ser apropriada atualmente através da linguagem popular dos cordéis, dos cantadores repentistas e por diversas pesquisas da Academia inclusive teses de mestrado e doutorado, contribuindo assim para um repensar sobre a história do desse movimento tão importante. Trabalhos pioneiros

como os dos professores Francisco Regis Lopes Ramos da UFC (Universidade Federal do Ceará) e Domingos Sávio Cordeiro da URCA (Universidade Regional do Cariri) se utilizando de entrevistas com ex-moradores e descendentes além de contemporâneos, apontam ainda para relevância dessa outra perspectiva de análise. Importante ainda ressaltar a apropriação da linguagem cinematográfica, por meio da produção de Rosemberg Cariry com o documentário “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto” (1984). Nesse filme se discute a memória do Caldeirão através de elementos culturais, presentes e vivos, que ajudam a conduzir o elo narrativo, e constroem as metáforas da resistência, que se fazem símbolos concretos e expressão da vida e luta do povo nordestino. São formas enfim, de pensar outros significados para discussão das questões sociais que afligem ainda hoje, como em outrora, as populações camponesas do Nordeste.

A História Social abre ainda, a nós historiadores, a possibilidade de compreender que os movimentos sociais, mesmo os “perdedores” são projetos historicamente vivenciados dentro de um embate de forças específico daquele contexto, e significam sempre vontades, visões e perspectivas do real que devem ser recuperadas quando o que se pretende é dar voz a alternativas de construção de uma sociedade mais justa. (FENELON, 1993).

Bibliografia

ARAÚJO, João Mauro de. **Igualdade e auto-suficiência**. ONG Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Disponível em:

<<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=722>>. Acesso em: 17 set. 2006.

BARROS, José Goes de Campos. **A ordem dos Penitentes**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

CAMPOS, Fernando Soares. **O Caldeirão que o diabo abominou**. LA INSIGNIA. Diário independente iberoamericano. Disponível em:

<http://www.lainsignia.org/2007/febrero/ibe_005.htm>. Acesso em: 06 fev. 2007.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. **Um beato líder**: narrativas memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 2004.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. Projeto História*. São Paulo: PUC, Nº 10, dez, 1993, p. 73-90.

JORNAL O POVO. Fala a O Povo o Sr. Chefe de Polícia. *O Povo*. Não assinada. Fortaleza, 12-05-1937. Páginas 1ª e 08.

LIRA, Isaac. **O Caldeirão da Santa Cruz do Esquecimento**. Overmundo - Canal colaborativo para a disseminação da cultura brasileira. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/o-caldeirao-da-santa-cruz-do-esquecimento>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ª edição. Brasília: MEC/Inep, 2002.

NEGRÃO, Lísias Nogueira “Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro” *In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, Nº46, São Paulo, Junho/2001

RAMOS, Francisco Régis Lopes. “Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano” *In.: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará*. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha. 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 4ª edição. São Paulo. Ática. 2002. (Série Princípios).